

Edinha Diniz

Chiquinha Gonzaga

uma história de vida

nova edição, revista e atualizada



INSTITUTO MOREIRA SALLES



ZAHAR

Prefácio

Há livros que se desdobram, como uma mãe em seus filhos. É bem o caso de *Chiquinha Gonzaga, uma história de vida*, em que Edinha Diniz se dispunha, desde 1984, a empreender o relato da vida de uma mulher incomum que, embora não figure no rol das heroínas oficiais, pode ser tida como a primeira grande personagem feminina na história do Brasil. Alguém que “não estava a serviço da pátria, nem da humanidade, nem de um marido. Estava a serviço de si mesma, de suas vontades e desejos. Só que isto não era permitido a uma mulher.” No balanço de um quarto de século após a primeira edição, transparece o desdobramento: mais de uma dezena de reedições, peça teatral, publicações didáticas, catálogos, trabalhos acadêmicos, verbetes enciclopédicos, além do reconhecimento crítico e popular do nome e da obra da biografada.

É que a compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga revelou-se um símbolo forte, aqui entendido como um ponto de referência central para aspectos da vida pública e privada – emancipação feminina, recusa à maternidade, adultério, sexualidade livre, celebração da festa etc. – ainda não plenamente resolvidos no imaginário coletivo. Um símbolo pode manifestar-se sob qualquer forma, seja um monumento, um deus ou o próprio homem. O importante é que disponha de força centrípeta, isto é, poder de atração do diverso para uma centralidade específica. É a mesma força com que opera o narrador clássico ao relatar mitos fundacionais, lendas e sagas, que são formas de transmissão assumidas pela experiência humana.

Essa dimensão simbólica da figura de Chiquinha faltou às duas biografias anteriores à realizada por Edinha Diniz. Eram narrativas sem verdade, ou seja, sem a revelação da imprescindível abertura da existência, que Heidegger chamou de “desocultação”. As biografias mais ocultavam do que mostravam a efervescência de vida da biografada, como se faz quando se empalha um passarinho. O que fez Edinha? Não empalhou. Já na primeira edição de seu livro, agiu como a maestrina em vida, “trigueira e danada”, rompendo os diques e as barreiras, para deixar fluir, junto com a glória, o escândalo da ordem patriarcal. Só assim poderia o leitor bem entender a frase admirativa de Lopes Trovão: “Aquela Chiquinha é o diabo!”

Na verdade, como pesquisadora, Edinha Diniz olhou para trás, mas também para frente, em busca de documentos mais precisos sobre o entrelaçamento de uma personalidade com a cultura de sua época. É o que já foi chamado de “recapitulação progressiva”, na trilha de Walter Benjamin em *Angelus Novus*, que olha para o passado enquanto alça um novo voo. Assim, torna-se imprescindível a edição de agora, porque contém as alterações resultantes da pesquisa continuada da autora sobre a biografada, desde detalhes da vida de Chiquinha antes de sua entrada no mundo profissional, de seu relacionamento com um companheiro mais jovem, até os autos do processo de divórcio e a condenação pelo Tribunal Eclesiástico do Bispado do Rio de Janeiro à separação perpétua por abandono do lar e adultério.

Quero crer que *Chiquinha Gonzaga, uma história de vida* possa vir a ter um destino de algum modo semelhante ao “Ó abre alas” da maestrina, o de atravessar os tempos da memória.

MUNIZ SODRÉ

Apresentação

O silêncio que costuma punir a memória dos transgressores perseguiu-me ao longo do tempo em que desenvolvi a pesquisa que resultou neste livro, e não parece cessar. Encontrei, naquela época, uma resistência sem trégua entre os descendentes da biografada. Suas netas ainda vivas negavam-lhe a presença em porta-retratos, para não denunciar o parentesco vergonhoso. Ao falecer a última, foi encontrada, dobrada sob o pano bordado do seu oratório, uma foto da avó, numa tentativa de escondê-la até de Deus!

A condenação moral que ela sofreu alcançou nossos dias. Seus dois biógrafos anteriores retransmitiram, ou criaram, versões moralizadoras, que encobriam mais que revelavam. Esta é uma história de muitos silêncios e segredos; tanto pelos interditos causados por escândalos quanto por traumas familiares e pela reserva que (naquele tempo) se costumava guardar de assuntos privados. O que tentaram silenciar é o que a torna contemporânea: a sexualidade e a recusa à maternidade. Como mulher do século XIX, ela não tinha escolha: ser mãe era predestinação. E, se era honesta, a mulher deveria viver castamente, mesmo casada.

Por contrariar as normas, nossa personagem foi declarada morta pelo pai, que decretou seu nome impronunciável quando ela abandonou o lar. Tal maldição funcionava como uma espécie de pacto de silêncio, proposto e aceito entre a família, os agentes da memória e até a Igreja – pacto com o qual esbarrei na tentativa de revelar-lhe uma identidade mais completa.

Só o Carnaval parecia não tê-la esquecido. Ou porque a festa é a própria celebração da transgressão, ou porque ali ela estava incógnita, o fato é que entre eles sempre houve reconhecimento recíproco. A marchinha primeira com que ela batizou a festa popular, “Ó abre alas”, vem atravessando os séculos, mesmo confundida como anônima.

Quando lancei a primeira edição deste livro, nos anos 1980, revelei alguns episódios de sua vida familiar e amorosa que haviam sido cuidadosamente escondidos do público, entre outros a sua origem bastarda, registrada no assentamento de batismo; a identidade do engenheiro seu amante, João Batista de Carvalho, pai de sua última filha; e o relacionamento com Joãozinho, nascido João Batista Fernandes Lage, apresentado publicamente por ela como filho.

Ao preparar esta nova edição, com o objetivo de comunicar a transferência de guarda do seu acervo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (Sbat) para o Instituto Moreira Salles e de corrigir dois dados sobre seu filho mais velho, encontrei uma documentação inédita que revela o que estava escondido até da própria família: por exemplo, o “casamento oculto” de seus pais, José Basileu e Rosa, após 17 anos de união ilícita, celebrado em segredo por motivos que ele expôs apenas ao bispo, em confissão. Também era desconhecida a existência de dois filhos do casal nascidos antes de 1847 e a condição familiar de Rosa, sua mãe.

Dentre a documentação, o mais importante são os autos do processo de divórcio movido por seu marido, Jacinto Ribeiro do Amaral. O silêncio de quase um século e meio sobre a existência desse processo revela a forma escandalosamente pioneira como Chiquinha Gonzaga viveu a liberdade. Em 1877, aos 29 anos de idade, ela é condenada pelo Tribunal Eclesiástico do Bispado do Rio de Janeiro à separação perpétua de seu marido por abandono do lar e adultério culpável.

A partir de informações colhidas pelo Colégio Brasileiro de Genealogia e noticiadas pela museóloga Cleusa de Souza Millan, quando da publicação de sua dissertação de mestrado sobre a memória social da maestrina em 2000, levantei e analisei essa rica e inédita documentação

em poder do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo acesso era restrito até há pouco tempo.

Embora o divórcio autorizado pelo direito canônico, a partir de decisões do Concílio Tridentino, não dissolvesse o vínculo matrimonial, limitando-se à separação de corpos, a condição de mulher divorciada era infamante. O preço que Chiquinha Gonzaga pagou para transformar essa condenação em invenção de um novo papel social, superação pelo trabalho, construção de uma carreira profissional e conquista de respeito público foi muito alto.

Entre a liberdade e a maternidade, ela não hesita. Sua aspiração à liberdade plena esbarra continuamente na autoridade paterna, na opressão conjugal, na força da Igreja, nas convenções sociais... e até na servidão biológica. Chiquinha emblemática, no Brasil, um conflito que tem a segunda metade do século XIX como cenário. Ela se depara, naquele momento histórico, com o sonho da grande aventura burguesa, de um lado, e de outro com a inexorabilidade do papel “honroso” do qual nenhuma mulher podia fugir: ser mãe.

Hoje, quando a antropologia, a filosofia, a psicologia e a sociologia nos ensinam que o instinto materno é um mito, que não há uma conduta universal e necessária, mas sim um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes, talvez a questão da maternidade em Chiquinha possa ser debatida como mais um dado da contemporaneidade do seu comportamento.

Entre as alterações que a descoberta da recente documentação exigiu está um novo capítulo, “Divorciada pelo Tribunal Eclesiástico”, e o conteúdo dos capítulos iniciais, sobretudo aqueles que envolvem relações familiares e relatam a vida da biografada antes do seu ingresso no mundo profissional. Desloquei trechos como a homenagem de Joaquim Antonio da Silva Callado, que intitulava um capítulo na edição anterior, e atualizei alguns títulos. O capítulo “Ainda atraente”, sobre o relacionamento com o companheiro mais jovem, foi reescrito, tornando-o mais explícito. Também corrigi a cronologia e abri notas para rever ou ampliar algumas informações.

Permanece, no entanto, a estrutura dos capítulos e a marca da socióloga que eu era na década de 1970. Não poderia apagar isso do livro, sob pena de descaracterizá-lo, mas também não poderia, hoje, olhar minha personagem apenas por esse viés. Outra coisa que ainda marca a abordagem é o estudo do processo aculturativo, esse entrelaçamento entre cultura e personalidade para o qual a história de vida se mostra uma técnica de pesquisa valiosa.

O catálogo da obra da compositora e maestrina carioca constante do seu acervo pessoal, que elaborei para a primeira edição do livro, passa a ficar disponível para consulta no site do Instituto Moreira Salles. É do Instituto a preciosa iconografia do Rio de Janeiro com que foi possível ilustrar esta nova edição.

A origem deste trabalho remonta aos anos 1970, quando a jornalista Angela Cozetti Pontual, ao produzir um disco de chorinho para o publicitário Lula Vieira, descobriu a compositora de algumas músicas que integravam o grande repertório do choro. Aquela década marcou não apenas o ressurgimento do gênero, mas coincidiu com o auge do movimento pela conquista de direitos da mulher.

Convencida de que ali havia uma grande história, Angela planejou realizar um documentário, e, na sua pesquisa para o filme, encontrou o acervo inédito da maestrina na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Ao convidar-me para elaborar o roteiro, deu-me acesso também ao acervo, o que foi possível graças à confiança e à colaboração do seu depositário, o então diretor-superintendente da Sbat, Djalma Bittencourt.

Mantido inédito até então, 1977, sem que nenhum dos seus biógrafos anteriores tivesse dele tomado conhecimento, o acervo foi o que me possibilitou uma reavaliação da vida e da obra de Chiquinha Gonzaga. Extraordinária coleção de recortes de jornais, correspondência, fotografias, libretos de peças teatrais e músicas – inúmeras partituras e composições impressas, manuscritas, editadas e inéditas –, ele contém fontes

fundamentais para pesquisas em diversas áreas (e, como já dito, está hoje sob a guarda do Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro).

Como foi organizado por João Batista Gonzaga apenas a partir do começo do século XX, quando ele passou a viver com a maestrina, o acervo apresentava lacunas referentes ao início da carreira da compositora, que precisei preencher com investigações na coleção de jornais da Biblioteca Nacional. Com relação à sua vida pessoal, conservava o que depunha a favor de sua persona pública. Da vida conjugal e amorosa, nenhum vestígio. Fornecia pistas, no entanto, que persegui posteriormente.

Quanto à sua origem, nada indicava um nascimento humilde e bastardo. Pelo contrário, conferiam-lhe ascendência fidalga, aparentada que era, por parte do pai, com nobres e poderosos do Império. Ao conhecer as condições do seu nascimento e batismo no livro dos assentamentos paroquiais da Matriz de Santana correspondente ao período e constatar que a verdade era outra, inclusive mais coerente com a natureza de sua música, sua luta pelas causas populares e sua personalidade, achei que a história merecia ser contada.

Na tentativa de reconstruir, rever e reavaliar a vida de Chiquinha Gonzaga, consultei arquivos e pessoas num circuito que incluiu Rio de Janeiro, São Paulo e Lisboa, ao longo de seis anos.

Publicado pela editora Codex em 1984, pelo editor Gustavo Barbosa, o livro teve a edição esgotada em pouco tempo. Com o fechamento dessa editora, ele voltaria a circular em 1991 pelas mãos de Rose Marie Muraro, na sua recém-criada Rosa dos Tempos, depois sob a administração do Grupo Editorial Record, onde foram rodadas dez edições.

A boa acolhida à história de Chiquinha Gonzaga começara meses antes da publicação do livro, com a estreia, no teatro Sesi em São Paulo, da peça escrita por Maria Adelaide Amaral, baseada na minha pesquisa e protagonizada pela atriz Regina Braga. No Carnaval de 1985, foi a vez de a Mangueira levar a história à avenida, com enredo escrito por mim e pelo carnavalesco Eloy Machado.

Nesse movimento de redescoberta de Chiquinha Gonzaga que o acervo e a pesquisa possibilitaram, a pianista Clara Sverner gravou, ainda

em 1980, um álbum pioneiro dedicado à produção pianística da compositora e maestrina, surpreendendo crítica e público. Foi seguido logo de um segundo volume.

Por ocasião dos 150 anos do nascimento de Chiquinha, o interesse por sua história voltou com a força dos meios de comunicação de massa, e ficou. Marcadas inicialmente pelo enredo da carnavalesca Rosa Magalhães para a Imperatriz Leopoldinense (Carnaval de 1997), as comemorações seguiram com a montagem da peça teatral *Ó abre alas*, escrita por Maria Adelaide Amaral, produzida e protagonizada por Rosamaria Murtinho (1998), e culminaram com a minissérie produzida pela TV Globo, que levou para milhões de brasileiros a vida da compositora (interpretada pelas atrizes Gabriela e Regina Duarte em 1999). Tudo isso tornou Chiquinha Gonzaga uma figura forte no imaginário nacional, atingindo as massas e os jovens.

Ao mesmo tempo, sua música chegava à era do digital. Artistas como Antonio Adolfo, Clara Sverner, Olívia Hime, Maria Teresa Madeira, Marcus Viana, Rosária Gatti, Leandro Braga e Talitha Peres dedicaram-lhe CDs, e muitos outros a incluíram em seus repertórios.

Costumo dizer que a bagagem musical de Chiquinha Gonzaga é do tamanho da sua vitalidade. Ela viveu 87 anos, sempre trabalhando. Sua obra representa o elo perdido entre a música estrangeira e a nacional. Nenhum outro compositor brasileiro trabalhou com tal intensidade essa transição, já observara Mário de Andrade – para quem, aliás, era oportuno descobrir as cabeceiras, reaver as fontes e o tempo perdido. Com a maior difusão de seu acervo pelo Instituto Moreira Salles, será possível reaver uma das fontes da música brasileira e, quem sabe, compreender na cabeceira a sua exuberância.

Enquanto a compositora ainda aguarda uma avaliação mais justa, a mulher tem roubado a cena pela audácia do seu comportamento, que antecipa a mulher moderna. Na galeria das brasileiras ilustres parecia só

haver lugar para heroínas que fossem lição e exemplo de virtude. Afinal, as heroínas oficiais consagravam-se pelo sacrifício. E Chiquinha Gonzaga não estava a serviço da pátria, nem da humanidade, nem de um marido. Estava a serviço de si mesma, de suas vontades e desejos. Só que isso não era permitido a uma mulher.

A Chiquinha Gonzaga que emerge deste novo relato, mais densa e contraditória como personagem, é ainda mais fascinante do que a que conhecíamos. Livre, corajosa e pioneira, como já sabíamos, mas tendo que pagar em vida por sua audácia um preço maior do que julgávamos. Seu sofrimento, tão proclamado na velhice, ganha novo significado.

A história de Chiquinha Gonzaga está, inevitavelmente, vinculada à história do país. Elas se cruzam em um dos momentos mais expressivos da nacionalidade: aquele em que se forja uma cultura brasileira, e que representa também vitoriosa participação popular na vida política do país.

Ao reconstruir sua biografia, foi necessário também construir uma história da perspectiva do homem comum, do homem da rua, exatamente no momento histórico em que ele se faz cidadão e o urbanismo se consolida. Porque a história das ruas se confunde com a história de Chiquinha Gonzaga, pelo ineditismo com que ela usou esse espaço numa sociedade que demarcava rigidamente o espaço feminino: a casa para a mulher, o salão para a dama e a rua para o escravo e a “mulher da vida”.

Também precisei esboçar uma história da conquista de espaço público pela mulher brasileira. Ao mesmo tempo em que procurava compreender a história pessoal de Chiquinha Gonzaga, a documentação me permitia e autorizava a revisão da história da música popular, do teatro musicado, do Carnaval e dos direitos autorais. Todo um processo de mudança cultural se descrevia através de uma história de vida. Terminei por recontar alguns aspectos dessas histórias, privilegiando fontes primárias.

Utilizei-me da expressão “história de vida” mais como uma licença metodológica, a exemplo das poéticas. Licença menor, já que me permiti outras tantas, como fazer uso articulado de métodos de disciplinas diversas e até mesmo de pretender alguma objetividade no relato do que não

passa de uma *história*. Porque, se a objetividade foi perseguida na construção de um amplo quadro de referência, na atribuição de significado social à ação pessoal, no reconhecimento de fatores predominantes etc., confesso que a simpatia – que se insinua facilmente nas biografias – neste caso se intrometeu entre investigador e objeto investigado.

Nesses 25 anos que separam esta nova edição da primeira, a memória de Chiquinha Gonzaga se firmou. Hoje ela vem merecendo trabalhos acadêmicos, tem sua música continuamente gravada e executada em salas de concerto e é verbete em importantes enciclopédias no exterior. Mas também dá nome a centro comunitário em favela e a ocupação de famílias sem teto no Rio de Janeiro. São homenagens de mulheres, como ela, que buscam liberdade e dignidade.

EDINHA DINIZ

Rio de Janeiro, abril de 2009